

Recessão será agravada, diz técnico

Da sucursal do
RIO

O professor de Economia da Unicamp, Carlos Lessa, durante debate no Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) sobre o "pacote" econômico do governo, afirmou que as medidas até agora adotadas vão aprofundar a recessão e não servirão para combater o déficit público nem para redução da inflação. Disse que é fundamental que se verifique o grau de sacrifício dos assalariados com a possibilidade da adoção da desindexação e que se encontre um consenso entre o governo e o Fundo Monetário Internacional sobre o que é déficit público.

Segundo Lessa, o FMI considera déficit público toda a dívida interna acumulada — inclusive as ORTN que estão estocadas no Banco Central —, o serviço dessa dívida e a correção monetária, além de todos os empréstimos das empresas estatais, expressos em moeda estrangeira. Dessa forma, esse déficit chega a 16,7% do PIB. Lessa entende que é um "erro crasso" do FMI continuar exigindo a extinção desse déficit sem respeitar a correção monetária, o que levará ao caos social e ao "sucateamento" da indústria nacional.

Argumentou Carlos Lessa que,

por esse conceito do FMI, o Brasil é obrigado a cortar o subsídio do trigo, fazendo uma economia de Cr\$ 200 bilhões. Entretanto, a elevação do preço do trigo provoca uma alta da inflação de 8% e, consequentemente, uma correção monetária de 8% sobre uma dívida de Cr\$ 12 trilhões, ou seja, uma mesma medida provoca uma redução de despesas de Cr\$ 200 bilhões e um gasto adicional de quase Cr\$ 1 trilhão, com a simples correção monetária dessa dívida.

Dessa forma, advertiu que de corte em corte o governo está promovendo a mais ampla e profunda recessão que o País já experimentou em sua história, pois está cortando 40% dos investimentos, 37% das despesas de custeio e 17% das despesas de pessoal das empresas estatais. A seu ver, os cortes macicos das despesas governamentais para atender às exigências do FMI vão levar a economia nacional a um impasse e as empresas a uma "quebra-deira" generalizada, sem obter nenhum dos resultados a que se propõe o governo, "numa tragédia para nada", pois o País não conseguirá, "nunca", deter o déficit com a correção monetária.

"DISPARATE"

A economista e também professora da Unicamp, Maria da Conceição

Tavares, disse que o acordo feito entre o Brasil e o FMI é um "disparate que tem de ser revisto urgentemente". Alertou que o pensamento conservador e o próprio governo estão interessados em fazer com que a Nação peça a desindexação da economia, como se essa medida, adotada de forma isolada, adiantasse alguma coisa.

Ela esclareceu que a desindexação não seria possível, como o governo está propondo, porque a maioria dos títulos públicos está "dolarizada", ou seja, expressos com cláusula de correção cambial e o mercado financeiro praticamente "encilhado". A desindexação, disse, traria uma confusão muito grande no mercado financeiro, criando expectativas e oscilações desenfreadas.

Para o professor Pedro Malan, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o governo deve procurar uma fórmula de consenso sobre como fazer a desindexação da economia e explicitá-la de forma clara e objetiva, "porque essa medida, em última análise, vai dizer quais os grupos sociais que ficarão mais pobres. Na sua opinião, como deverá ser feita uma redistribuição dos ônus por toda a sociedade, "essa mesma sociedade deve ser ouvida".